



DR. JOSÉ ROBERTO BEDRAN É O NOVO PRESIDENTE DO TJ PAULISTA

Com 288 votos, o desembargador José Roberto Bedran foi eleito no dia 3 de março presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. A eleição para vice-presidente foi apertada e teve que ser feita em dois escrutínios. O novo vice é o desembargador José Santana (128 votos). Para corregedor-geral da Justiça, o eleito foi Mauricio Vidigal (196 votos).

A AASPTJ-SP acompanhou a apuração dos votos representada pela presidente, Elisabete Borgianni.

Em seu discurso de posse, Bedran afirmou que ser eleito presidente do Tribunal é a maior honra para a carreira de um juiz. Disse que em seu mandato pretende “resguardar o prestígio de que sempre gozou o TJ de São Paulo”. Em sua fala, destacou os servidores como “fiéis aliados” e prometeu ser parceiro “na medida do justo e do possível”.

Em entrevista à imprensa logo após a posse, o presidente afirmou que pretende analisar a questão dos servidores e iniciar negociação com o governo do Estado o mais breve possível, comprometendo-se a receber as entidades.

Elisabete cumprimentou o novo presidente, disse que as entidades solicitarão audiência para tratar das questões de interesse dos servidores.

A AASPTJ-SP já havia solicitado audiência com Bedran, em nome das entidades, quando ele ainda era candidato a presidente. Recebemos a seguinte resposta do juiz assessor Reinaldo Turolla:

“Tendo em conta o pleito formulado por todas as entidades representativas da operosa classe dos servidores do Poder Judiciário de São Paulo, o desembargador José Roberto Bedran esclarece que, enquanto não formalmente eleito para o cargo de Presidente, não poderá, como mero candidato, reunir-se para discussões sobre questões do pessoal, o que, sem dúvida, acabará ocorrendo, se o seu nome, como tal, vier a ser sufragado pelo Tribunal Pleno.”

Um grupo de trabalhadores do TJ realizou manifestação durante a eleição na porta do Palácio da Justiça com apitos e faixas com dizeres como “eu também quero votar para presidente do TJ-SP”.

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

No dia 25 de fevereiro a AASPTJ-SP realizou a primeira reunião do Conselho de Representantes do ano de 2011. O encontro teve como pauta informes gerais, a mensalidade da Associação, possíveis mudanças no Estatuto e preparação para a Assembleia Geral dos associados, em março.

Nos informes gerais, a Diretoria da AASPTJ-SP prestou informações sobre a pesquisa que está organizando junto com outras entidades do Judiciário sobre a saúde dos servidores (veja nota neste Bolinf); sobre ofício encaminhado ao desembargador Roberto Bedran solicitando audiência para retomada da negociação das entidades com o TJ-SP; solicitação de audiência com o novo presidente do Tribunal para tratar de questões de interesse dos assistentes sociais e psicólogos, tais como ponto biométrico, 30 horas dos psicólogos e horas credoras; sobre reunião que a AASPTJ-SP participou com a Coordenadoria da Infância e com o Núcleo de Apoio profissional sobre a metodologia Depoimento sem Dano.

Outro tema discutido foi o reajuste do valor da mensalidade da Associação, defasada há vários anos, o que será levado para debate e deliberação pela Assembleia Geral dos associados.

Por último falou-se sobre possíveis mudanças no Estatuto da AASPTJ-SP, tendo em vista que o atual limita muitas das ações da Associação, e a nova organização dos servidores por conta da Reforma Sindical em curso no país. Temas estes que também serão apresentados na próxima Assembleia Geral.

Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Adriana Lario, Presidente Prudente; Daniela Gonçalves, Fernandópolis; Liliane Martins, Mogi das Cruzes; Márcia Mendes, Assis; Lílian de Macedo, Itapetininga; Carlos de Freitas, Marília – Psicologia; Nanci Kurata, Marília – Serviço Social; Miriam Vega, Itaquera; Fátima Zanoni, Dracena; Creusa Raimundo, São Miguel Paulista; Elaine Silva, São Caetano do Sul; Deise Amorim, Creche-Escola; Lucilena Vagostelo, Psicossocial Vocacional; Sonia Francesco, Palmeira D’Oeste; Alexandre Moraes, Pinheiros; Claudia Anaf, Varas Especiais; Fernanda Copelli, Santos – Psicologia; Márcia Mascarenhas, Santana-Psicologia; Carminda Marçal, Santana – Serviço Social; Sivonete Leite, Osasco; Edna Silva, São José do Rio Preto – Serviço Social; Cláudio Garcia, São José do Rio Preto – Psicologia; Ligia Castelo Branco, Santos – Serviço Social e Maria Cristina Proença, Itu.

AASPTJ-SP REALIZA ENCAMINHAMENTOS PARA PESQUISA SOBRE SAÚDE DO SERVIDOR DO JUDICIÁRIO

O GT sobre Condições de Trabalho da AASPTJ-SP realizou duas importantes reuniões com o objetivo de estudar a possibilidade de organizar uma pesquisa sobre a saúde do servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para o primeiro encontro, realizado no dia 31 de janeiro, a Associação convidou as pesquisadoras especializadas Maria Maeno, médica e pesquisadora da Fundacentro, e a socióloga e pesquisadora Agda Aparecida Delia.

Na segunda reunião, dia 14 de fevereiro, participaram as pesquisadoras Leni Sato e Julia Dorigo, ambas da Universidade de São Paulo (USP).

Representaram a AASPTJ-SP: a presidente, Elisabete Borgianni, a vice-presidente, Maria Helena Corrêa, a primeira secretária, Eunice Fávero, a segunda tesoureira, Mônica Carteiro, a conselheira fiscal Catarina Volic, a assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva e as associadas: Maria Rachel Tolosa, assistente social e sócia honorária, Maristela Colombo, psicóloga do Psicossocial de Marília, Claudia Nery Zambom, assistente social do Psicossocial de Campinas, Eliana Kawata, psicóloga do Tatuapé e Elaine Major Ferreira, assistente social de São Caetano do Sul.

Também participaram representantes de outras entidades: Mauricio Carlos Queiroz, presidente da Affocos (Associação Família Forense da Comarca de Sorocaba), Alexandre dos Santos, Hugo Coviello e Silvio Reale, da Assojubs (Associação de Base dos Servidores e Funcionários do Poder Judiciário do Estado de São Paulo), Dirceu Porto e Adolfo Benedetti "Pardal", da Assojuris (Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo).

Os diretores das entidades e associadas falaram sobre os casos de adoecimento de servidores do Judiciário. "Nós que estamos a frente das entidades é que nos deparamos com essa situação alarmante com mais evidência. Já tivemos casos até de suicídio e um expôs Mauricio.

"Percebemos muitos casos de estresse, depressão e síndrome do pânico na Baixada Santista. O Tribunal parece não ter um mapeamento destes casos.

Em muitas situações as próprias entidades acabam procurando uma solução", alegou Alexandre.

Eunice apontou que ao viver a rotina estressante do Tribunal de Justiça, muitas vezes o assistente social e o psicólogo reproduzem este quadro ao atender a população. "Neste quadro, vemos que há três saídas: ou o servidor se aliena, ou ele busca se fortalecer e se organizar politicamente ou ele adoee", afirmou.

Mônica falou sobre pesquisa da qual foi uma das organizadoras sobre a Síndrome de Burnout em psicólogos. "Dos dez profissionais do TJ-SP que participaram do estudo, quatro apresentaram sintomas da síndrome". Também lembrou que há aproximadamente um ano ela e as associadas citadas têm realizado estudos para aprofundamento da temática e encaminhamentos para a pesquisa.

As pesquisadoras convidadas para as reuniões contaram um pouco de suas experiências e trabalhos realizados sobre esta questão. Ficou definido que farão um levantamento e orçamento de como uma pesquisa direcionada aos servidores do TJ poderá ser organizada, para posterior deliberação, pelas entidades, sobre sua execução.

Sonia Guerra, assessora jurídica

DISSÍDIO COLETIVO: EMBARGO DE DECLARAÇÃO

No dia 25 de fevereiro foi publicado no Diário Oficial o acórdão que homologou o acordo feito no Dissídio Coletivo, entre Tribunal de Justiça e as entidades representativas dos servidores.

A partir da publicação, abriu-se o prazo para os advogados entrarem com embargos de declaração, cuja finalidade é esclarecer pontos omissos, obscuros ou contraditórios da decisão judicial.

Os advogados tomarão essa providência com o objetivo de pedir esclarecimento ao relator do dissídio sobre a ques-

tão do mutirão, uma vez que o TJ determinou a reposição da greve de forma contrária ao que ficou acordado com as entidades, ou seja, consta do Comunicado SGRH 75/10 que a reposição deverá ser feita hora-a-hora e não por mutirão. Também irá pedir esclarecimentos sobre a questão dos escreventes que exercem a função de estenotipistas e que não receberam o reajuste de 4,77%, pedindo que nesse ponto seja concedido o efeito infringente para que o relator determine o pagamento do reajuste a esses servidores que ficaram prejudicados.

PONTO BIOMÉTRICO: ÚLTIMAS INFORMAÇÕES

No início de fevereiro, a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, manteve contato com o desembargador Samuel Alves de Melo para reforçar os encaminhamentos sobre o registro do ponto biométrico para assistentes sociais e psicólogos.

Alves de Melo informou que já estava tratando do tema juntamente com o desembargador Antonio Carlos Malheiros. Ambos ponderaram ser pertinente aguardar a definição do novo comando do TJ após o falecimento do presidente Viana Santos para retomarmos a questão junto à Presidência.

Com a eleição da nova cúpula do TJ, as gestões junto ao Tribunal para discussão dessa e outras questões de interesse dos assistentes sociais e psicólogos estão sendo retomadas e reforçadas. Acompanhem pelo Boletim Eletrônico e pelo site as informações a respeito, e participe das ações.

TJ-SP ANUNCIA REAJUSTE SEM NEGOCIAR COM AS ENTIDADES

Em dezembro, por meio de sua assessoria de imprensa, o Tribunal de Justiça divulgou que em janeiro concederia reajuste salarial aos seus servidores. Limitou-se a conceder apenas o índice do período entre 2009 e 2010 – 4,77%. Contrariando o histórico de negociações, o TJ não chamou as entidades para conversar sobre o índice. Também anunciou o reajuste do vale-alimentação, que passou de R\$ 9,00 para R\$ 25,00.

A divulgação ressaltava que “as medidas, que refletirão em estímulo aos servidores do Poder Judiciário paulista, vêm ao encontro das reivindicações das entidades de classe.” Vale lembrar que o ínfimo reajuste só ocorreu em decorrência do movimento de paralisação dos servidores de 127 dias. Não fos-

se pela greve e conseqüentemente, o acordo do dissídio coletivo assinado entre as duas partes, talvez os servidores do maior tribunal do País amargassem mais um ano sem reajuste salarial.

É fundamental que esse valor irrisório, que está muito distante do que o TJ deve aos servidores (dívida que está em mais de 20%), sirva de alerta para que todos os trabalhadores que ‘carregam’ a Justiça paulista se organizem e participem ativamente das lutas contra a exploração do trabalho. Especialmente a partir de março, por se tratar da data-base da categoria. Entendemos que os trabalhadores e as associações não podem se curvar à demora em contemplar novamente o direito de reajuste anual dentro do TJ.

DOIS DEPUTADOS RETIRAM ASSINATURA E IMPEDEM PROSSEGUIMENTO DA CPI DO JUDICIÁRIO

Depois de ter conseguido as 32 assinaturas necessárias para a instalação do pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) informou, em dezembro, que dois parlamentares retiraram suas assinaturas. São eles: **Antonio Salim Curiatti (PP)** e **Roberto Massafra (PSDB)**. A

retirada das assinaturas inviabiliza a instalação da CPI, que já havia sido protocolada.

Em manifestação no Plenário da Assembleia Legislativa paulista, Giannazi lamentou o episódio:

“Essa CPI é de extrema importância para que possamos investigar as denúncias feitas pelas entidades repre-

sentativas dos servidores do Judiciário”, explicou. Ele disse que depois de ter conseguido o apoio de 32 parlamentares, necessário para a instalação da CPI, os dois deputados retiraram suas assinaturas, depois de terem sido pressionados pela base governista. “É vergonhoso ver alguns deputados passarem por essa vergonha pública”, lamentou.

PLANO DE CARGOS: AASPTJ-SP DISCUTE REENQUADRAMENTO COM ASSOCIADOS

Desde a aprovação e implementação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça, a AASPTJ-SP tem recebido várias demandas e questionamentos, especialmente por conta do reenquadramento dos assistentes sociais e psicólogos.

Em dezembro, a Associação recebeu a associada Francisca Cardoso Sampaio, psicóloga do Fórum Regional da Lapa e representante local da AASPTJ-SP, que apresentou vários apontamentos a respeito do tema, após minucioso estudo sobre o assunto. Posteriormente, a associada juntamente com a equipe técnica da Lapa, encaminhou o estudo por escrito.

Para retomar essa questão, a Associação conversou no dia 20 de janeiro com as associadas Deborah Souza Leite (São Miguel Paulista), Marisa Stefanelli (Lapa), Clarinda Frias (Gacejai) e Eliana Teixeira Bin (Penha). Pela AASPTJ-SP participaram a presidente, Elisabete Borgia, a primeira secretária, Eunice Fávoro, a primeira tesoureira, Esther Akemi, a assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva e a assessora jurídica, Sônia Guerra.

Definiu-se que a AASPTJ-SP encaminharia consulta junto ao Tribunal de

Justiça para esclarecimentos, além de solicitar um estudo avaliativo ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), após a resposta do TJ-SP.

A Associação encaminhou ofício à secretária de gerenciamento de recursos humanos do TJ-SP, Diva Elena Barreto, com solicitação de esclarecimentos. Veja alguns pontos:

1. detalhamento dos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o enquadramento dos servidores, em vigor – incluindo servidores com o mesmo tempo de serviço ou até mais antigos, enquadrados em graus inferiores que, em princípio, não condizem com a evolução funcional;
2. detalhamento dos critérios para definição de pontuação por cursos (escolaridade) na nota de Avaliação de Desempenho decorrente de Aperfeiçoamento;
3. esclarecimento a respeito da não consideração imediata para fins do enquadramento realizado, de

cursos e titulações obtidas pelos servidores até a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras, portanto, anteriormente ao primeiro certame da avaliação de desempenho, de maneira a valorizar os servidores que por esforço próprio têm procurado qualificar o seu trabalho no Tribunal de Justiça;

4. informação sobre a quem caberá a avaliação de desempenho dos assistentes sociais e psicólogos judiciários lotados em Varas e Serviços que não contam com chefia da área de formação, considerando as especificidades e prerrogativas do trabalho técnico – que somente podem ser avaliadas por profissionais da mesma área de graduação.

Até o momento da edição deste Boletim, apenas parte da resposta (item 1) chegou à Associação, todavia não esclarecedora da questão. Assim que receber a resposta dos demais itens a AASPTJ-SP solicitará consultoria ao Dieese para análise da situação.

Conforme já divulgamos anteriormente, a AASPTJ-SP elaborou, com apoio da assessoria jurídica, documento justificando a necessidade da isonomia de carga horária entre assistentes sociais e psicólogos, protocolado junto à Presidência do TJ e entregue ao desembargador Antonio Carlos Malheiros, em reunião realizada em novembro.

Em dezembro, protocolamos um abaixo-assinado, com 330 assinaturas, solicitando a redução da jornada semanal do psicólogo judiciário para 30 horas, administrativamente, em isonomia com a jornada do assistente social. O abaixo-assinado foi uma iniciativa das associadas Eliana Kawata, psicóloga do Fórum Regional do Tatuapé, e Marisa Stefanelli de Aguiar, psicóloga do Fórum Regional da Lapa, com apoio da Associação.

Para engrossar a luta pelas 30 horas no Estado, a AASPTJ-SP foi convidada a participar das reuniões da comissão de psicólogos que trabalham na Fundação Casa. Dessa forma, acompanhamos alguns encontros do grupo, bem como a audiência pública para debate do Projeto de Lei 741/2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL),

que trata da implementação da jornada de 30 horas semanais para os psicólogos das instituições públicas de São Paulo.

No dia 16 de fevereiro, a presidente da Fundação Casa, Berenice Gianella recebeu a comissão dos psicólogos para discutir a redução da jornada de trabalho da Psicologia. A Comissão convidou a AASPTJ-SP a também participar do encontro. Pela

A presidente comprometeu-se a encaminhar documento aos órgãos competentes, entre eles o Condec (Conselho Nacional de Defesa Civil), bem como para o governador, Geraldo Alckmin até o dia 9 de março.

Associação estavam a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira tesoureira, Esther Katayama e a assessora jurídica, Sônia Guerra. Também participaram o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), o presidente do Sindicato dos Psicólogos, Rogério Gianini e o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de

Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), Julio Alves.

Berenice recebeu a comissão afirmando que nunca se posicionou contrária ao pleito dos psicólogos e que sua diretoria tem feito o possível para melhorar as condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos da Fundação. Porém, expôs não ser de sua competência administrativa deliberar alteração da jornada de trabalho.

Giannazi falou sobre a tramitação do Projeto de Lei, e apontou que independente deste, o governador pode deliberar pela redução da jornada dos psicólogos no Estado por vontade própria.

A comissão de psicólogos da Fundação irá acompanhar a tramitação do documento elaborado pela Fundação de perto e também manifestou-se solidária à luta pelas 30 horas dos psicólogos do Judiciário.

Com a eleição do novo presidente do Tribunal, a AASPTJ-SP irá solicitar audiência para tratar deste e outros assuntos de interesse dos assistentes sociais e psicólogos judiciários.

É fundamental sua participação! Acompanhe as notícias e participe das mobilizações a respeito.

GT COMUNICAÇÃO RETOMA DISCUSSÕES SOBRE REVISTA ELETRÔNICA

Passado o período da greve e o fim de ano, o Grupo de Trabalho de Comunicação retomou as discussões para organização de uma revista eletrônica da AASPTJ-SP.

No dia 12 de fevereiro o grupo reuniu-se na sede da Associação para retomar a organização da revista. Na ocasião, avaliou-se o pré-projeto do periódico e a indicação de pessoas para comporem a secretaria e o Conselho Editorial.

A revista, cujo primeiro número possivelmente sairá apenas dentro de um ano, pretende, dentre outros, ser um veículo de expressão do pensamento de profissionais e pesquisadores do campo social, psicológico e jurídico, na perspectiva da afirmação de direitos individuais e sociais, com destaque para temas relacionados ao trabalho do assistente social e do psicólogo judiciário.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni,
Vice-presidente – Maria Helena Corrêa,
1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero,
2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra,
1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,
2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz - Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)
Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar –
Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP –
Telefone: (11) 3256-5011

E-mail: asptj@asptj.org.br; Site: www.asptj.org.br
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.